

Ata da Reunião ordinária do COMDEPHAAPASA, realizada em 11 de julho de 2023.

Aos 11 dias de julho de 2023, reuniram-se através da plataforma Jitsi Meet, os membros do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – COMDEPHAAPASA:

Representando a Sociedade Civil:

Enrique Staschower (Centro Universitário Fundação Santo André), João Rodolfo Linares (Santuário Nacional de Umbanda), Marcos Sidnei Pagotto Euzebio (MDV – Movimento em Defesa da Vida), Paulo Piagentini (ACISA), Silvia Helena F. Passarelli (CAU-SP), Suely Magini (Centro Universitário Fundação Santo André) e Thais Fátima dos Santos Cruz (CAU-SP).

Representando o Poder Público:

Alvaro Assad Ghiraldini (Secretaria de Assuntos Jurídicos), Fernando Santos Soares da Cunha (Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego), Juliana Grillo Domenici (Secretaria de Cultura), Julio Cesar Ferreira de Figueiredo (Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego), Marco Moretto Neto (Secretaria de Cultura) e Tatiana Aparecida Machado (Secretaria de Cultura).

Mario Augusto Matiello Simões e Thais Fátima dos Santos Cruz justificam saída antecipada da reunião.

Como convidados: Alê Oshiro, Maria Claudia Ferreira e Rodrigo Pinto.

Iniciada a reunião às 09h00, foram tratados os assuntos relacionados a seguir:

PRIMEIRO: Foi confirmada a existência de quórum para início dos trabalhos. O Presidente, Paulo Piagentini dá boas-vindas aos presentes, faz apresentação dos informes e pauta.

SEGUNDO: São tratados os seguintes informes:

- **Aprovação da ata de reunião ordinária ocorrida em junho/2023:** É solicitado verificar se o conselheiro Renato Brancaglione Cristófi esteve presente na referida reunião, o restante do conteúdo é aprovado de forma unânime pelo COMDEPHAAPASA.

- **Informe extra:** A conselheira Silvia Helena F. Passarelli apresenta ao Conselho requisição feita nas duas últimas reuniões para que fosse incluído em pauta o debate sobre o conceito de manutenção utilizado para as intervenções nos imóveis da Vila de Parapiacaba.

Relata conversa com o Superintendente do Iphan em São Paulo, Danilo Nunes, que se colocou à disposição para reunir-se com o Conselho e debater temas diversos, tais como a relação com o IPHAN, o conceito de manutenção citado anteriormente e patrimônio imaterial, aguarda apenas uma posição do COMDEPHAAPASA.

Fernando Santos Soares da Cunha esclarece que havia compreendido que a questão da manutenção foi esclarecida na última reunião, devido ao apresentado pela conselheira Tatiana, por este motivo não consta em pauta. Caso seja de interesse, é possível incluir na pauta da próxima reunião do Conselho.

Silvia Helena F. Passarelli reforça que o tema não ficou esclarecido, foi apenas apresentada uma listagem com ações autorizadas com títulos genéricos sem compreender, por exemplo, de que se trata uma "manutenção estrutural" que aparece na listagem, pois se vai mexer na estrutura, não é manutenção.

Thais Fátima dos Santos Cruz esclarece que o tema foi iniciado a partir de seu requerimento para apresentação destas autorizações de forma mais clara e detalhada.

Fernando Santos Soares da Cunha reforça que as questões foram pontuadas na última reunião e, caso não estejam claras, é possível retomar o debate. Sobre a reunião com o representante do IPHAN, afirma que é válida e positiva, solicita informações sobre como encaminhá-la.

Encaminhamento: É criado um grupo de trabalho para tratar das questões levantadas sobre as ações de manutenção dos imóveis da Vila de Paranapiacaba, este GT se organizará via grupo do WhatsApp e terá reuniões presenciais.

Manifestam interesse em participar: João Rodolfo Linares, Enrique Staschower, Fernando Santos Soares da Cunha, Tatiana Aparecida Machado que pede a participação de técnico da Secretaria de Meio Ambiente responsável pelo acompanhamento dos pedidos de intervenção nos imóveis da Vila de Paranapiacaba.

- **Vistorias realizadas em 2022 / 2023:** São apresentados aos conselheiros, levantamento das vistorias realizadas em 2022, acessos não autorizados, vistorias pendentes e organização do calendário de vistorias deste ano (2023).

A conselheira Silvia Helena F. Passarelli faz apontamentos sobre as vistorias realizadas em 2022, e o grande lapso de tempo para apresentação destes para o Conselho, e relata questões graves com os bens Haras Jaçatuba desde o parque até a EMIA Aron Feldman e Casa de Hóspedes, Museu de Santo André, Estação de Tratamento de Água que teve a retirada da água dos tanques que pode gerar grande risco de degradação e ruína, e imóvel localizado à Rua Coronel Francisco Amaro que se encontra em péssimo estado de conservação e a proprietária não possui condições de mantê-lo.

São debatidos pelo Conselho os procedimentos de notificação aos responsáveis pelos bens, orientações, ações para conscientização à preservação do patrimônio e formas de garantir que as manutenções sejam feitas.

- **Criação de instrumentos de preservação do Patrimônio:** Marco Moretto Neto informa que o item estava previsto na pauta desta reunião, entretanto, devido outras demandas não foi possível preparar o material para apresentar ao Conselho. O mesmo será organizado e entrará na pauta da próxima reunião ordinária do COMDEPHAAPASA.

- **Informe extra:** O conselheiro Marcos Sidnei Pagotto Euzebio pergunta sobre os estudos de tombamento para a Casa dos Martins, Mecânica São José e os três novos pedidos enviados por Maria Claudia Ferreira.

É esclarecido que os dois primeiros pedidos tiveram os imóveis demolidos antes do início dos estudos e os novos pedidos foram recebidos e serão encaminhados para abertura de processo administrativo.

Marcos Sidnei Pagotto Euzebio alerta para a questão dos bens que tem sido demolidos durante os processos de estudo e a necessidade urgente de olhar para este problema e solucioná-lo.

Finalizados os informes, foram tratados os seguintes itens de pauta:

TERCEIRO – Fórum de Paranapiacaba: Tatiana Aparecida Machado apresenta a criação do “Fórum de Paranapiacaba”, em atendimento ao previsto na ZEIP da Vila de Paranapiacaba, sendo que este necessita da indicação de conselheiros para representar os conselhos de Preservação do Patrimônio no Fórum.

A conselheira Thais Fátima dos Santos Cruz apresenta dúvidas referentes à criação do Fórum, ao Inciso II, incisos acrescentados e à validação das deliberações do Fórum.

Tatiana Aparecida Machado esclarece que cabe ao Fórum debater e deliberar e as decisões serão encaminhadas, pois a proposta é que a sociedade civil tenha maior participação.

Silvia Helena F. Passarelli afirma que está em contato com moradores da Vila de Paranapiacaba que não tiveram acesso às informações sobre a criação do Fórum. Solicita que os materiais de divulgação sejam encaminhados em formato digital para divulgação.

Tatiana Aparecida Machado esclarece que a divulgação ocorreu na associação e grupos de moradores, também foi falado sobre o Fórum em reunião com o Ministério Público Federal e a Assembleia que ocorrerá no dia 07/08/2023 será divulgada no jornal da Vila de Paranapiacaba.

As conselheiras Thais Fátima dos Santos Cruz e Silvia Helena F. Passarelli manifestam interesse em representar o COMDEPHAAPASA no Fórum de Paranapiacaba, sendo aprovado de forma unânime a titularidade de Thais Fátima dos Santos Cruz e suplência de Silvia Helena F. Passarelli.

QUARTO: PA n.º 6379/2023 – Projeto de restauro dos galpões localizados à Avenida Antônio Cardoso, n.º 319 (antiga Rhodia): O conselheiro Marcos Sidnei Pagotto Euzebio apresenta sua relatoria:

Santo André, 11 de julho de 2023

Ref.: Processo: 6.379/2023

Assunto: Projeto de Intervenção e Restauro dos Galpões L e T, remanescentes da empresa Rhodia Química, situados à Av. Antônio Cardoso, 319. Senhores(as) Conselheiros(as),

Refere-se este parecer ao processo relacionado ao Projeto de Intervenção e Restauro dos Galpões L e T, remanescentes da empresa Rhodia Química, localizados na Av. Antônio Cardoso, 319. Este processo caracteriza-se como complementação do processo nº 20.402/2021, da empresa Goodman Empreendimentos Imobiliários, de construção de galpões logísticos no local, já aprovado por este Conselho. Nele, se encontra delimitada a área envoltória dos bens tombados. Em inspeção realizada no local pelo Corpo Técnico, em 19 de maio de 2023, constatou-se que as obras previamente aprovadas por este Conselho já tiveram início, tendo sido respeitada, até o momento, a área envoltória acima referida.

O processo objeto deste parecer é composto por três volumes, contendo documentos de propriedade, memorial descritivo e plantas dos edifícios. O memorial descritivo analisa a evolução dos edifícios ao longo das décadas, considerando as intervenções realizadas. A pesquisa, baseada em documentação iconográfica, mostra modificações feitas ao longo do tempo. Os autores justificam essa abordagem como forma de preservar e realçar os edifícios, adaptando-os a novos usos. A pesquisa detalha o desenvolvimento da empresa Rhodia Química, com referências à arquitetura industrial da época e fotografias dos edifícios L e T. A cópia da RRT dos responsáveis pelo projeto, que faltava quando do parecer elaborado pelo Corpo Técnico, já foi devidamente inserida.

O memorial descreve as condições atuais dos prédios a serem preservados, destacando que as ações realizadas até o momento foram apenas funcionais, sem considerar a preservação. Os autores do projeto prosseguem com o diagnóstico dos danos verificados nos edifícios. Em seguida, é apresentada a fundamentação das intervenções planejadas, baseada na literatura consolidada da área. A proposta busca referenciar o passado industrial dos edifícios, utilizando as cores das tubulações da antiga empresa como inspiração para a paleta cromática proposta.

O projeto inclui a implementação de uma faixa de piso acessível na parte externa dos edifícios. Além disso, os pisos internos térreos dos galpões serão nivelados e elevados para protegê-los de inundações, apesar da existência de um projeto de drenagem para as águas pluviais. No que se refere às intervenções nos prédios, como alvenarias, coberturas, vãos e caixilhos, o projeto segue as diretrizes das Cartas Patrimoniais e estabelece a demarcação adequada entre as partes antigas e novas. O memorial conclui com os procedimentos detalhados de recuperação das diferentes partes dos edifícios, utilizando explicações e imagens para facilitar a compreensão das ações a serem executadas.

Os volumes II/III e III/III do processo contêm pranchas dos edifícios L e T, incluindo plantas, cortes e plantas de demolição para o novo uso e construção. As fotos anexadas pelos autores do projeto no memorial descritivo mostram as intervenções ocorridas ao longo do tempo e o impacto do tempo nos edifícios. Em acréscimo a isso, o parecer do Corpo Técnico afirma que a vistoria realizada em 19 de março de 2023 constatou que os prédios a serem preservados estão em estado de degradação e precisam passar por restauração.

PARECER:

O projeto demonstra grande conhecimento do estado da arte quanto às práticas de preservação de bens imóveis tombados, conciliando a necessidade de uso com as exigências de conservação, atualizando a linguagem arquitetônica dos prédios sem incorrer no pastiche ou no simulacro. O projeto, na sua integralidade e da forma como está organizado, deve ser tomado como um modelo para processos semelhantes, encaminhados por particulares ou, especialmente, pelo Poder Público, que conta com profissionais mais do que capacitados para tal tarefa.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do projeto de Intervenção e Restauro dos Galpões L e T, remanescentes da empresa Rhodia Química.

Por fim, reforçamos a exigência feita no parecer do Corpo Técnico, de que o memorial descritivo e as plantas estejam devidamente assinados pelos representantes da empresa proprietária e pelo(s) autor(es) do projeto.

É o nosso parecer.

*Marcos Sidnei Pagotto-Euzebio
Conselheiro suplente do COMDEPHAAPASA*

É debatido sobre o projeto como modelo que este Conselho espera para os bens tombados, apresentação das Cartas Patrimoniais citadas no projeto e a possibilidade de complementação dos projetos.

Após apresentação da relatoria e debate, o COMDEPHAAPASA aprova de forma unânime a relatoria acima.

QUINTO: PA n.º 21.138/2022 – Implantação de bolsão de estacionamento provisório na Praça IV Centenário: É justificada a ausência do conselheiro Carlos Eduardo Palazzi devido ações preparatórias para o Festival de Inverno da Vila de Paranapiacaba, responsável por apresentar a relatoria, portanto, o COMDEPHAAPASA aprova dilação de prazo para relatoria que será apresentada em reunião ordinária de Agosto/2023.

SEXTO: PA n.º 30.301/2019 – Projeto executivo de reforma do Primeiro Grupo Escolar – Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa / alterações no projeto aprovado pelo COMDEPHAAPASA para os sanitários e rampa de acesso: A conselheira Sílvia Helena F. Passarelli apresenta sua relatoria:

Santo André, 10 de julho de 2023.

Senhores Conselheiros,

Ref.: Processo 30301/2019 - Projeto de reforma e restauro do Museu de Santo André Trata-se de solicitação de análise das intervenções propostas no corpo principal do 1º Grupo Escolar de São Bernardo e no antigo pátio coberto.

Primeiramente, gostaria de informar que esse processo está bem confuso para ser analisado pois há vários e-mails discutindo sobre as intervenções que serão feitas no corpo do processo, porém estes são anexados ao processo sem uma sequência do tempo o que dificulta o entendimento do que está sendo tratado. Ao mesmo tempo, a linguagem utilizada nos e-mails não é a mais adequada para ser diretamente colocada no processo: há referências a reuniões que não têm atas; há

P. 4

COMDEPHAAPASA

repetição de informações, há sobreposição de textos para explicitação do que está sendo discutido que, não deixa a informação muito clara dentro do processo. Não quero dizer que a agilidade de comunicação oferecida pelo uso da internet não seja importante, mas é necessário criar procedimentos para documentar o processo de forma clara, já que este é um documento histórico que vai permanecer no tempo. Sugiro que se observe a forma como o IPHAN trata os seus processos eletrônicos.

O processo aberto em 2019, faz um relato das intervenções ocorridas no corpo principal do edifício e no antigo pátio coberto. Destaco que a última intervenção realizada no corpo principal do edifício se deu entre 2003 e 2004 (há 20 anos). Depois, em 2008, quando o edifício do pátio coberto foi incorporado ao Museu, foram realizadas demolições das paredes internas que passou a ser destinado a reserva técnica.

Em 11 de junho de 2019, este Conselho aprovou as Diretrizes de Preservação e Intervenção do Primeiro Grupo Escolar de São Bernardo (atual Museu De Santo André Octaviano Armando Gaiarsa) e, na reunião seguinte, projeto de intervenção no bem que contemplava:

a) Realização de projeto de restauro contendo a manutenção e conservação integral dos elementos originais existentes e a recuperação de elementos descaracterizados do edifício principal que será destinado, exclusivamente, a espaços expositivos e biblioteca e, para o bom desempenho dessas atividades, a previsão de adaptações tecnológicas e funcionais (sistema de segurança contra incêndio, redimensionamento de rede elétrica, iluminação, telefonia etc.;

b) Intervenção pontual no corpo principal para garantir acessibilidade universal;

c) Reforma e ampliação do antigo pátio coberto para guarda do acervo e espaço administrativo.

Destacamos que o parecer da Conselheira Elaine Cristina Casalotti, aprovado pelo Conselho, conclui, recomendando “que sejam contratados os Projetos Executivos, Projetos Complementares e Projeto Arquitetônico de Restauro Completo, com urgência.” (p. 146 e 147)

Na página 35 a 38 deste expediente, encontra-se a listagem das ações de restauro e conservação e as ações de reforma e construção previstas que serviu de termo de referência para a elaboração de três orçamentos para a elaboração de projeto de restauro elaborados por empresas especializadas no desenvolvimento de projetos de restauro.

Entre agosto de 2019 a janeiro de 2023 este processo ficou parado na Secretaria de Obras desta Prefeitura, enquanto o corpo principal do Museu demonstrava um processo acelerado de deterioração, como demonstra os relatórios de vistoria realizados pelo Corpo Técnico no período ou o relatório de campo elaborado por conselheiros e enviado para a presidência deste Conselho em junho de 2022.

Ao receber esse processo para análise me coloco em dúvida sobre qual intervenção se pretende realizar no corpo principal do edifício, uma vez que não há projeto de restauro e aparecem, apenas, várias listagens de ações (entre as páginas 154 a 167) que são caracterizados como “ações de restauro e conservação” e “ações de manutenção, reforma e construção”, com indicação de dúvidas, nas trocas de e-mails entre funcionários, do que será realmente executado. Novamente surge a pergunta: afinal, o que se entende por MANUTENÇÃO, uma vez que sabemos que não se realiza reforma em bens tombados.

Em 09 de maio passado, estivemos presentes a uma palestra para divulgação dos manuais de orientação instrucional e profissional elaborados pela Comissão de Patrimônio Cultural – CPC/CAUSP. Nesta palestra foram apresentados dois manuais:

- *Manual de Orientação às Políticas Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural (FIGUEIREDO, V., 2022)*

• *Manual de Orientação Profissional: o arquiteto e urbanista e o patrimônio cultural (MAGALDI, C.; AMORIM, L.; GASPAR, T., 2023) Vou me deter ao segundo, que foi apresentado pela arquiteta Cassia Magaldi naquele dia, extraindo trechos que podem fundamentar a análise deste processo:*

Definida a necessidade de intervenção especializada de restauro e/ou de adaptação de bens culturais protegidos, o projeto deverá ser desenvolvido respeitando não apenas diretrizes legais, como critérios que foram sendo propostos por especialistas e discutidos em encontros internacionais desde o início do século XX. Tais critérios metodológicos encontram-se expostos nas chamadas Cartas Patrimoniais e podem ser sintetizados em três princípios que devem orientar o desenvolvimento do projeto:

a. A distinguibilidade das intervenções atuais do projeto em relação aos elementos originais ou pré-existentes;

b. A preocupação com a intervenção mínima nos espaços de valor cultural existentes; e

c. A necessária reversibilidade das novas intervenções, sem causar danos aos elementos que justificaram o reconhecimento cultural do bem com o qual se está trabalhando. (p. 33 e 34).

Como não temos projeto, não sabemos como serão executadas as intervenções no bem que tratam de substituição de peças comprometidas, redimensionamento de calhas e dutos, recuperação de estrutura em arcos de alvenaria e da laje maciça do piso das varandas. Nem esmo, sabemos como será a instalação de sistemas de combate a incêndio, proteção contra descargas atmosféricas, sistema de monitoramento por câmeras, sistema de sinalização visual do equipamento.

Também não se sabe como serão executadas as ações de restauro e conservação que, por sinal, há dúvidas se serão executadas em sua totalidade (ver página 166 deste processo).

Tanto na palestra de Cassia Magaldi, como no manual acima citado, foi indicado “etapas fundamentais” para a elaboração de projetos e acompanhamento de obras que se sintetizam na imagem abaixo:



Imagem 1: Linha do tempo das ações necessárias para elaboração projeto para preservação de edificações de interesse cultural (apud Manual de Orientação Profissional, p. 74)

Não há no processo nenhum elemento para a avaliação do estado de conservação, com mapeamento de danos que permitirá, inclusive, dimensionar o tamanho da intervenção: Quantas peças de madeira deverão ser substituídas? Qual a

dimensão do novo sistema de captação de águas pluviais? Qual a dimensão do forro a ser recuperado? Quais estruturas da laje de piso das varandas precisam de intervenção?

Como o poder público pode fazer uma obra sem ter noção do que vai ser realizado? Como fazer uma intervenção sem dimensionar o orçamento?

Neste sentido, reforço parecer emitido em e-mail do arquiteto do Corpo Técnico de Apoio ao COMDEPHAAPASA à secretária executiva deste Conselho:

A lista de serviços a serem executados está bem resumida e genérica, com anotações sobre as intenções da Secretaria de Obras. Inclusive com dúvidas sobre o que será executado. (p. 188)

Tal qual o parecer do Corpo Técnico propõe, também não sei como avaliar a proposição da Prefeitura para a intervenção no edifício e aguardo informações mais detalhadas sobre o que vai ser executado e como vai se dar a intervenção no edifício.

Tal qual o parecer do Corpo Técnico propõe, também não sei como avaliar a proposição da Prefeitura para a intervenção no edifício e aguardo informações mais detalhadas sobre o que vai ser executado e como vai se dar a intervenção no edifício.

Os dois projetos alteram o que foi apresentado e aprovado em 2019.

1. No caso da rampa de acessibilidade, é apresentado um novo desenho para garantir uma declividade que permita o acesso e cadeirantes. A proposta é instalar uma estrutura metálica no jardim frontal à direita do edifício principal que trará uma leitura clara de se tratar de uma intervenção nova para garantir um melhor uso do edifício antigo. A inclinação inicial proposta é de 8,5%, depois alterada por 8,33%. Diante da importância de garantir acessibilidade ao Museu, considero que deve ser executada nesta nova proposta.

2. O projeto de banheiros tem, a meu ver, caráter de provisório, pois inviabiliza o projeto de uso do antigo pátio coberto previsto anteriormente e é menor do que foi previsto, no entanto, diante da precariedade dos banheiros existentes no equipamento, considero que deva ser executado de forma emergencial.

Há ainda no processo a proposta de instalação de uma Plataforma de Acessibilidade Inclinada (p. 170 a 181) que, s.m.j., já está parcialmente instalada e, portanto, não há informações no processo sobre o porquê ela ser citada como uma nova implantação na planta em folha 198.

Também não há informações no processo sobre o encaminhamento desta intervenção junto ao CONDEPHAAT.

Por fim, considero que este Conselho deve aprovar a implantação da rampa de acessibilidade e a construção dos banheiros e retornar este processo para esclarecimentos das intervenções de restauro e conservação que devem ser executadas no corpo principal do 1º Grupo Escolar de São Bernardo e sobre o andamento do processo junto ao CONDEPHAAT.

*Cordialmente,
Sílvia Helena Passarelli
Conselheira do COMDEPHAAPASA*

Após apresentação da relatoria, os conselheiros se manifestam:

Marco Moretto Neto faz contextualização do momento em que o processo administrativo foi formado, em 2019 com a possibilidade de recursos através do FINISA, o Corpo Técnico de Apoio ao Patrimônio Cultural elaborou projetos para o Teatro Municipal, Teatro Conchita de Moraes, Cine Theatro Carlos Gomes e Museu de Santo André. O recurso não pôde ser viabilizado para as obras do Museu gerando um lapso de tempo, com a pandemia e o trabalho remoto surgiram novas formas de comunicação entre as áreas, sendo o e-mail uma delas.

Em 2019 o Conselho aprovou projeto com um desenho ideal para adequação do espaço ao seu uso, entretanto, foi viabilizado recurso para apenas parte das intervenções já aprovadas: rampa de acesso, esta terá novo desenho para evitar remoção das árvores na frente do Museu, sanitários acessíveis que terão desenho diferenciado do aprovado, pois não será realizada a intervenção no anexo o que afeta esta proposta e a plataforma (elevador) acessível, que já existe, contudo, por questões técnicas será trocada pela empresa por modelo similar e com o mesmo impacto visual.

No prédio principal, serão realizadas ações para manutenção do piso das varandas, cobertura do prédio, ações de pintura e elétrica.

Silvia Helena F. Passarelli reforça que a aprovação de 2019 não foi para o projeto de restauro do edifício, mas de ampliação do pátio coberto e outras instalações externas ao edifício principal e aponta a necessidade de esclarecer e instruir melhor o processo para compreensão sobre o que será executado.

Fernando Santos Soares da Cunha concorda com a necessidade de esclarecimentos e sugere encaminhar a complementação para aprovação, uma vez que o Conselho aprovou o projeto em período anterior (2019).

Marco Moretto Neto reforça que o projeto aprovado previa rampa de acesso, que apenas passou por ajuste, os sanitários possuem novo projeto e o elevador trata-se de um item de acessibilidade que já existe.

O conselheiro Enrique Staschower questiona se a proposta apresentada atende as normas de acessibilidade para os sanitários.

Silvia Helena F. Passarelli esclarece que os projetos para a rampa e sanitários estão completos e são acessíveis a cadeirantes, entretanto, as intervenções no prédio principal não possuem clareza sobre o que será executado. Destaca, ainda, que o novo projeto de banheiros inviabiliza o projeto anterior aprovado em 2019, ou trata-se apenas da construção de banheiros provisórios.

Marco Moretto Neto reforça que os projetos para rampa e sanitários estão corretos e as dúvidas estão nas ações de restauro e revitalização que não se encontram no padrão adotado pelo Conselho, pois o momento era outro e as aprovações aconteciam de outra forma. Concorda com a necessidade de registro e esta ata pode servir como registro destas ações.

São debatidas as questões relativas à apresentação das ações propostas, aos problemas estruturais da edificação como infiltrações e goteiras, necessidade de documentar o processo, preocupação no tempo que se levará para instrução do processo e agravamento dos problemas estruturais, apresentação do projeto ao CONDEPHAAT e urgência em sanar os problemas.

Finalizados os debates são apresentadas duas propostas para votação:

01 – Aprovação das propostas de acessibilidade e de reforma dos banheiros e retorno do processo para Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos para esclarecimento do que será executado no prédio principal;

02 – Aprovação das propostas de acessibilidade, **sem** retorno do processo para Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos para esclarecimento do que será executado no prédio principal;

Votam na proposta 01 – Silvia Helena F. Passarelli, Marcos Sidnei Pagotto Euzebio e João Rodolfo Linares;

Votam na proposta 02 – Tatiana Aparecida Machado, Marco Moretto Neto, Alvaro Assad Ghiraldini, Enrique Staschower, Paulo Piagentini e Fernando Santos Soares da Cunha.

Nada mais tendo a tratar, foi dada por encerrada esta reunião às 11h30, presidida por Paulo Piagentini nos termos regimentais e com a anuência dos presentes. Eu, Juliana Grillo Domenici, redigi a presente Ata.

Assinam os presentes:

Nome e segmento	Assinatura
Alexandre Antônio Galves Gori – Associação Brasileira Casa de Bruxa	Ausente
Alvaro Assad Ghiraldini – Secretaria de Assuntos Jurídicos	Presente
Carlos Eduardo Palazzi – Secretaria de Cultura	Ausente
Eliane Mendana Diniz – Secretaria de Cultura	Ausente
Enrique Staschower – Centro Universitário Fundação Santo André	Presente
Everson Robles Dotto – ACISA	Ausente
Fabiana Varoni Pereira – Secretaria de Assuntos Jurídicos	Ausente
Fernando Santos Soares da Cunha – Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego	Presente
João Rodolfo Linares – Santuário Nacional de Umbanda	Presente
Juliana Grillo Domenici – Secretaria de Cultura	Presente
Julio Cesar Ferreira de Figueiredo – Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego	Presente
Lucas Lourenço Rodrigues da Cunha – Semasa	Ausente
Luiz Fernando Bellettato - Semasa	Ausente
Marco Moretto Neto – Secretaria de Cultura	Presente
Marcos Sidnei Pagotto Euzebio – MDV – Movimento em Defesa da Vida	Presente
Maria Aparecida Calamari Linares – Santuário Nacional de Umbanda	Ausente
Mario Augusto Matiello Simões – Secretaria de Cultura	Presente
Paulo Piagentini – ACISA	Presente
Renato Brancaglione Cristofi – Movimento em Defesa da Vida	Ausente
Silvia Helena F. Passarelli – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo	Presente
Suely Magini – Centro Universitário Fundação Santo André	Presente
Tânia Cristina Morgado Gori – Associação Brasileira Casa de Bruxa	Ausente
Tatiana Aparecida Machado – Secretaria de Cultura	Presente
Thais Fátima dos Santos Cruz – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo	Presente